



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES-CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS-UACS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

GEANE QUEIROGA DE OLIVEIRA

**A MÚSICA COMO RECURSO DIDÁTICO E METODOLÓGICO: UMA
ABORDAGEM DO ESPAÇO**

CAJAZEIRAS-PB

2015

GEANE QUEIROGA DE OLIVEIRA

**A MÚSICA COMO RECURSO DIDÁTICO E METODOLÓGICO: UMA
ABORDAGEM DO ESPAÇO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cícera Cecília Esmeraldo

Linha de Pesquisa: Ensino de Geografia

CAJAZEIRAS-PB

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730
Cajazeiras - Paraíba

O482m Oliveira, Geane Queiroga de
A música como recurso didático e metodológico: uma
abordagem do espaço. / Geane Queiroga de Oliveira. Cajazeiras,
2015.

52f.

Bibliografia.

Orientador (a): Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Geografia e música. 2. Ensino de geografia. 3. Geografia
escolar. I. Esmeraldo, Cícera Cecília. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU -910:78

GEANE QUEIROGA DE OLIVEIRA

**A MÚSICA COMO RECURSO DIDÁTICO E METODOLÓGICO: UMA
ABORDAGEM DO ESPAÇO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves (Orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega (Examinadora)
Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Profa. Dra. Firmiana Santos Fonseca Siebra (Examinadora)
Universidade Regional do Cariri-URCA

Dedico esta monografia aos meus pais, pelo exemplo de simplicidade e humildade, que com muita dedicação me ensinou a lutar pela vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, que permitiu que tudo isso acontecesse ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos, é o maior mestre que alguém pode conhecer.

À minha orientadora, a professora Cícera Cecília Esmeraldo, pelo exemplo dedicado a elaboração deste trabalho.

À minha família por toda força e apoio. Principalmente, ao apoio de minha mãe Maria Antunes de Oliveira – pessoa fundamental que dedico toda minha caminhada, meus ensinamentos, meu caráter e minha Educação. E ainda, por sempre me salvar no trabalho nos momentos que mais precisei, e principalmente, pela ajuda financeira.

Aos meus avós (em memória) - a qual me ensinaram valores que levarei por toda minha vida.

A todos os meus amigos e colegas do curso de Geografia, pelos bons e maus momentos que passamos juntos durante todo o período acadêmico. Queria ainda agradecer a todos aqueles que iniciaram o curso comigo e não concluíram. Contudo, foram essenciais na minha trajetória acadêmica, com eles passei momentos maravilhosos. Saudades eternas de todos!

Aos meus professores do campus da UFCG em Cajazeiras, em especial Rodrigo Pessoa, Marcos Assis, Henaldo Gomes, Josias Galvão, Marcelo Brandão, Renata Barbosa, Aloysio Rodrigues e os demais, por todo conhecimento que adquiri durante minha graduação, e pela minha formação enquanto professor e pesquisador de Geografia.

Aos professores da banca examinadora, por aceitarem o nosso convite.

E agradeço a todos aqueles que achavam que eu não iria conseguir. Esses me deram mais força ainda pra continuar.

Obrigada!

*“Bem aventurado o homem que acha sabedoria, e o
homem que adquire conhecimento.”*

Provérbios 3:13

RESUMO

Este trabalho monográfico tem como objetivo analisar a importância da música para o processo de ensino e aprendizagem nas aulas de geografia, com ênfase na compreensão do espaço. A música é um elemento que está presente na vida dos indivíduos, e é uma forma de representação de diferentes espacialidades, assim a Geografia pode-se utilizar desse recurso para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, fazendo a leitura da mesma para a compreensão das categorias e conteúdos pertinentes a esta disciplina. Além disso, esse recurso pode tornar as aulas mais dinâmicas e criativas, despertando o interesse do aluno e rompendo com o estereótipo de disciplina chata e cansativa, que vem sendo atribuída a Geografia escolar no decorrer da sua trajetória. Para atingir o objetivo aqui proposto, de início, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com autores que discutam a temática ou temas relacionadas à mesma. Depois, buscando elucidar a discussão que foi realizada, foi feita uma análise da letra da música “Cidadão”, composta por Lúcio Barbosa, buscando identificar e compreender a geograficidade presente nessa música enfatizando na sua representação sobre o espaço. Assim acredita-se que as discussões aqui realizadas venham a contribuir para o desenvolvimento do ensino de Geografia.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Espaço. Música.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the importance of music to the process of teaching and learning in geography lessons, with emphasis on understanding of space. Music is an element that is present in the lives of individuals, and is a form of representation of different spatiality, so geography may use this resource to assist in the teaching-learning process, by reading the same for understanding categories and content relevant to this discipline. Additionally, this feature can make the classes more dynamic and creative, awakening the interest of the student and breaking the stereotype of boring and tiring discipline, which has been attributed to school Geography in the course of his career. To achieve the goal proposed here, at first, a literature search was performed, with authors to discuss the issue or issues related to it. After trying to elucidate the discussion that was held, an analysis of the lyrics "Citizen" was made, consisting of Lucius Barbosa, seeking to identify and understand the present geographicity this song emphasizing in their representation on the space. Thus it is believed that the discussions here will contribute to the development of Geography teaching.

Keywords: Geography Teaching. Space. Music.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. O ESPAÇO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: BREVE DISCUSSÃO.....	13
2.1 O Objeto de Estudo da Geografia: O espaço.....	13
2.2 Educação escolar e Ensino de Geografia na Contemporaneidade	17
2.3 Currículo Escolar e Aprendizagem	23
3. A GEOGRAFIA ENQUANTO DISCIPLINA ESCOLAR.....	26
3.1 A Importância dos Recursos Didáticos e da Metodologia na Aprendizagem do Aluno no ensino de Geografia: uma breve análise.....	29
3.2 A Música como Recurso Didático na Aula de Geografia	32
4. O ESPAÇO GEOGRÁFICO REPRESENTADO NA MÚSICA	37
4.1 “Cidadão”	40
4.2 A Geograficidade na Música “Cidadão”: uma análise do espaço	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50

1. INTRODUÇÃO

Vive-se numa sociedade marcada pelo uso das tecnologias e informações, a qual tornam as relações sociais e a sociedade cada vez mais dinâmica. Entender como estas relações se processam no espaço se faz necessário para que o indivíduo compreenda tal espaço e por consequente a sua participação.

Nisso a Geografia, que tem como objeto de estudo o espaço geográfico, apresenta papel importante nesse contexto. A geografia enquanto disciplina possibilita aos alunos o desenvolvimento da capacidade de ler e interpretar o espaço e sua complexidade. Atuando de forma participativa e reflexiva no mesmo. Mas para tal é preciso que se desenvolva um ensino de Geografia pautado na criticidade, que busque além da formação dos conhecimentos geográficos dos alunos almeje também a sua formação cidadã. Pois a Geografia Tradicional, pautada na descrição e memorização, ainda está muito presente em sala de aula.

Para reverter tal realidade é necessário que o professor de Geografia mude sua postura enquanto profissional, que faça uso de práticas e recursos didáticos que tornem o processo de ensino-aprendizagem mais construtivo, que busque a participação do aluno, seu interesse. Mas vale salientar que o professor não é o único responsável por esse processo de ensino-aprendizagem, ele apresenta papel fundamental, mas o aluno enquanto sujeito deste processo deve se engajar e participar efetivamente.

Para se buscar um ensino mais significativo o uso de diferentes linguagens como recurso didático se faz importante para o auxílio da atividade docente. Nisso ressaltou-se nesse trabalho a importância da música nas aulas de Geografia. Com ênfase no uso da mesma como instrumento didático e metodológico a ser utilizado pelo professor em sala de aula.

A música como um elemento bastante presente na sociedade, tem muito a contribuir para as aulas de Geografia, tendo em vista que ela traz em suas letras representações espaço-temporais, que permite a Geografia fazer uma análise de tais representações.

Portanto, o objetivo proposto deste trabalho é analisar a importância da música para o processo de ensino e aprendizagem nas aulas de geografia, com ênfase na compreensão do espaço. Nesse sentido, ressalta a importância da música nas aulas da disciplina, como também mostrar a contribuição, que a mesma exerce no processo de ensino/aprendizagem. Assim, a proposta em pauta visa explorar a música nas aulas de Geografia como um dos diversos recursos que podem facilitar a aprendizagem, uma vez que busca nas letras das canções uma relação sincrônica com os conteúdos abordados em sala de aula.

A música utilizada como prática pedagógica permitirá fazer uma análise reflexiva dos conteúdos explanados em sala de aula. Dessa forma, a música é compreendida como uma das mais belas artes, exercendo uma influência global na subjetividade dos indivíduos, nos desejos e em seus comportamentos humanos por ter a capacidade de suscitar emoções.

Para atingir o objetivo aqui proposto, de início, a metodologia se deu a partir de pesquisas bibliográficas com autores que discutam a temática ou temas relacionadas à mesma. Valendo-se principalmente de livros, teses, dissertações e artigos. Buscando assim discutir e analisar a importância da música para o ensino de Geografia e a compreensão do espaço. Depois, buscando elucidar a discussão que foi realizada, foi feita uma análise da letra da música “Cidadão”, composta por Lúcio Barbosa.

Esse trabalho decorre da necessidade de se discutir sobre melhorias para o ensino de Geografia, enfatizando no uso de novas linguagens para o desenvolvimento deste.

Assim, diante da discussão aqui proposta a presente monografia está estruturada em três capítulos:

O primeiro capítulo intitulado “O Objeto de Estudo da Geografia: O espaço” apresenta de maneira sucinta a importância e a necessidade de se conhecer o espaço, objeto de estudo da Geografia. Este capítulo expõe os aspectos conceituais do espaço e suas funções no processo de ensino-aprendizagem.

O segundo capítulo “A Geografia como disciplina escolar”, no qual em um primeiro momento expõe a Geografia enquanto disciplina, abordando algumas de suas vertentes, concepções, metodologias e discursos. Em um segundo momento faz-se a abordagem da música como recurso para o ensino, enfatizando sua importância e contribuições.

No terceiro capítulo nomeado de “O Espaço Geográfico na Música” enfatizou-se a linguagem musical como ferramenta didática, onde buscou-se elucidar as discussões aqui realizadas por meio da análise da música “Cidadão”, buscando interpretar a geograficidade presente nesta música, mostrando assim o quanto a música pode ser utilizada para as aulas de Geografia.

Portanto, espera-se que este trabalho não se encerre nesta discussão, e que o mesmo possa contribuir de forma significativa para o ensino de Geografia. Nisso pretende-se, que a proposta aqui exposta sirva como fonte de pesquisa para estudos futuros, ou para aqueles que necessitam de um aprofundamento sobre a temática exposta, ou ainda como uma leitura singular, com o intento de expandir seus conhecimentos.

2. O ESPAÇO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: BREVE DISCUSSÃO.

2.1 O Objeto de Estudo da Geografia: O espaço

Para se pensar numa análise geográfica dos fenômenos é imprescindível que se tenha em mente a compreensão e apreensão do espaço, além da consideração da escala em que eles são percebidos. Na realidade, por conferir um sentido particular ao fenômeno observado, a prática de selecionar partes do real pode ocultar a complexidade conceitual contida neste contexto. Tão logo, na tentativa de integrar as variáveis que se mesclam e/ou paralelizam com essas inúmeras dimensões do espaço geográfico e ultrapassar estes limites para enfrentar o desafio epistemológico que a análise fragmentada, Cavalcanti (1998) coloca que:

A geografia defronta-se com a tarefa de entender o espaço geográfico num contexto bastante complexo. O avanço das técnicas, a maior e mais acelerada circulação de mercadorias, homens e ideias distanciam os homens do tempo da natureza e provocam certo “encolhimento” do espaço de relação entre eles. Na sociedade moderna, baseada em princípios de circulação e racionalidade, há um domínio do tempo e do espaço, mecanizados e padronizados, que se torna fonte de poder material e social numa sociedade que constitui a base do industrialismo e do capitalismo.

Dá é possível se extrair a importância manifestada pelos conhecimentos geográficos no que tange a formação humana e científica do estudante a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária. Todavia, em virtude das inúmeras dificuldades que enfrentam no cotidiano escolar, alguns professores se sentem inseguros e se limitam a adotar práticas pouco construtivistas e contemplativas da realidade de seu aluno, fornecendo-lhe rotineiros e repetitivos “protocolos de sala de aula”, descartando a possibilidade de inovação pedagógica.

Se assim continuarem, não será possível compreender a espacialidade que cerca o estudante, tão pouco oferecerá recursos que o permitam nela intervir. É preciso entender que essa visão mais classicista é resultante e condição das práticas sociais arcaicas que não permitem explorar a diversidade de saberes que a geografia, enquanto ciência oferece. De acordo com Suetergaray (2002) e Carlos (2005) *apud* (CAVALCANTI, 2010, p.4):

Percebem-se, na produção das últimas décadas, esforços efetivos em legitimar discursos sobre as práticas espaciais que incluem as diferentes explicações e determinações do real, sejam elas econômicas, sociais, naturais ou simbólicas. O intuito é ir além das análises fragmentadas e dicotômicas

do espaço, superando dualidades, cisões, compreendendo assim a realidade como práxis, em sua totalidade.

Com todas essas transições vivenciadas e outras novas que estão por vir, essas produções possibilitam a exploração do espaço como integrador de diferentes realidades, contextos e vivências, além de sugerirem explicações e determinações do real diferentes daquelas que se tinham outrora, fazendo com que as análises acerca do espaço ultrapassem sua fragmentação e dicotomia.

Na década de 1990, no contexto sociopolítico, científico e educacional de crise e de ampliação dos referenciais interpretativos da realidade, as orientações para o trabalho docente com a Geografia foram se reconstruindo, que, de acordo com Cavalcanti (2010, p.5):

Surgiram propostas alternativas, mais articuladas a orientações pedagógico-didáticas, definindo diferentes métodos para o ensino de Geografia. Com essas novas orientações, reafirmou-se o papel relevante da Geografia na formação das pessoas e reconheceu-se que mudanças relacionadas ao cotidiano espacial de uma sociedade globalizada, urbana, informacional e/ou tecnológica requerem uma compreensão do espaço que inclua a subjetividade, o cotidiano, a multiescalaridade, a comunicação, as diferentes linguagens do mundo atual e muitos outros aspectos.

Assim, nas décadas de 1990 e de 2000, consolidou-se a área de pesquisa no ensino, na graduação, na pós-graduação e em rede com professores da escola básica. Paralelo a essa transição, o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD, 2010), tem afirmado que o lugar como objetivo do ensino de Geografia para a escola básica vem ganhando novos contornos e destaque na maior parte dos livros didáticos, mas o professor tem que ter em mente que não se trata de trabalhar o lugar apenas como uma referência, um ponto, um local, mas como uma escala que permita a análise necessária para se compreender os fenômenos que acontecem ao redor do estudante.

Cavalcanti (2010, p.6), afirma que “trabalhar esses fenômenos como conteúdo geográfico é compreendê-los a partir do lugar do sujeito, de sua realidade, o que permitiria maior identificação dos estudantes com os conteúdos”, sendo necessários diálogos constantes acerca da interação entre o sujeito e o espaço, permitindo que se façam relações entre a realidade e os conteúdos escolares. Então significa trabalhar o espaço, e as demais categorias geográficas a partir da realidade do aluno.

Nas diferenciadas visões dadas ao espaço, apresentaremos o pensamento de alguns pesquisadores influentes na área, manifestados em Braga (2007), e a possibilidade de interconexão entre suas percepções:

Para Paul Vidal De La Blache (1982), a Geografia compreende o conjunto da Terra, onde o meio é entendido como local onde coabita o diverso e seria sinônimo de adaptação. Instando a ela centralizar seus estudos nos lugares e não nos homens; de tal modo que o estudo das paisagens é concebido de forma descritiva, ou pelo método descritivo, em que se define, classifica e deduz. O “não estudar o homem” dá-se pelo fato desse transformar o meio através de técnicas que tende a fixá-lo ou enraizá-lo no ambiente, extraindo desse aquilo que lhe é necessário; levando em consideração divisão do trabalho e a dependência de viver em sociedade. O espaço, nessas interações, seria essa coabitação de homem e natureza com intencionalidades, já que depende da vontade do homem.

Na visão de Max Sorre (1967), a Geografia Humana é entendida como “descrição do ecúmeno” ou “descrição científica das paisagens humanas e sua distribuição pelo Globo”. Nesse contexto, seria possível analisar as interações que o homem (e grupos humanos vivos) estabelece consigo e com o meio, sua organização espacial, seu movimento, suas técnicas e a formação dos gêneros de vida. Por fim, o espaço pode ser entendido como localização (através dos mapas) e extensão.

Pierre Monbeig (1957), por sua vez, prega que a Geografia estuda “os fatos geográficos, sua localização e interação”, em outras palavras os “complexos geográficos” revelados pela paisagem. Destaca a importância dos gêneros de vida também como “modo de pensar” a Geografia, de modo a torná-la uma ciência mais atrativa, fora do seu campo disciplinar. Ressalta o papel da técnica e a organização do espaço, este entendido como fruto do trabalho humano na produção da paisagem.

Defensores da ideologia cultural-simbólica, Paul Claval (1999), e Yi-Fu Tuan (1980), geógrafos, francês e chinês, respectivamente, apresentam uma visão aprimorada sobre o espaço. Enquanto o primeiro trata a cultura como sendo uma herança da comunicação, com papel fundamental da palavra, que transforma o espaço cultural em espaço simbólico, entende que o espaço é onde ocorrem as manifestações, que têm um papel importantíssimo na modelagem das sociedades. O segundo, por sua vez, adota uma abordagem mais voltada para o comportamento e a percepção, relacionada não só aos nossos sentidos, mas também à nossa visão de mundo, à nossa cultura. O mesmo defende que o espaço seria uma representação harmônica entre eu/mundo.

Em Milton Santos (2002), o espaço geográfico é visto como “a matéria por excelência”, a “segunda natureza” ou natureza humanizada ou artificial. É a relação homem/natureza ou homem/espaço mediatizada pelo trabalho e a produção de mercadorias. É a “acumulação desigual de tempos”. O mesmo projeta uma mudança no enfoque de

abordagem do espaço geográfico do Estado e do território para os lugares, sendo entendido como a forma-conteúdo (de base sartreana) onde as formas não existem por si só, mas são dotadas de conteúdo, de significado através da ação humana em relação ao seu entorno. O espaço é o império da técnica, dos tempos diferenciais, rápidos para uns e lentos para outros. O espaço geográfico também é o cotidiano, o “espaço banal” de todos nós, carregado de símbolos e significações.

Henri Lefévre (1991), seguidor do pensamento marxista, entende o espaço geográfico como produção da sociedade, fruto da reprodução das relações sociais de produção em sua totalidade. O mesmo afirma que devem existir ao menos quatro conceitos de espaço, sendo eles: a) o espaço é uma forma pura (existente por si só); b) o espaço é produto da sociedade (social); c) o espaço é um instrumento político e ideológico, locus da reprodução do trabalho pelo consumo, sobretudo na cidade; d) o espaço é socialmente produzido, apropriado e transformado pela sociedade. Dentro da análise do espaço social, Lefévre destaca ainda uma tríade do espaço: a) espaço percebido, do corpo e da experiência corpórea, ligado às práticas espaciais; b) espaço concebido ou espaço do poder dominante e da ideologia; c) espaço vivido como sendo o espaço de representação. Esta dialética produz novas relações e resgatam outras e fornece o germe para a resistência social dos “usuários” do espaço. É o que Lefévre chama de espaço diferencial, um espaço que representa a possibilidade de um espaço passível de apropriação entre o valor de uso e o valor de troca, e é também uma forma de repensar a propriedade privada privilegiando o valor de uso.

Assim, nota-se que independentemente do olhar ou conceito dado ao espaço geográfico, o mesmo será resultado da contínua relação homem/natureza, relações que mesclam as esferas econômicas, políticas e simbólico-culturais, sendo a ação humana a ligação dessas interações. Nesse sentido, o professor de geografia deve refletir todas essas ações com seu aluno para uma melhor sistematização do conhecimento geográfico.

A partir dessa discussão de espaço, se fará uma proposta metodológica abordando a música como recurso didático, enfatizando o conceito de espaço para o processo de ensino-aprendizagem. Mas antes faz-se necessário realizar uma abordagem a respeito do ensino de geografia e a educação escolar, analisando, de forma sucinta, os documentos curriculares, as propostas pedagógicas e as demandas educacionais que vem sendo colocadas para o ensino de Geografia.

2.2 Educação escolar e Ensino de Geografia na Contemporaneidade

A educação é o caminho para assegurar a todos os indivíduos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Atualmente, os principais documentos que norteiam a educação básica brasileira são a Lei 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, o Plano Nacional de Educação (PNE) para os anos 2011-2020 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Em suma estes documentos indicam propostas para o processo de ensino-aprendizagem, que levem em consideração a realidade do aluno. Estabelecem direitos e deveres dos sujeitos inerentes à educação escolar e colocam eixos a qual devem servir de base para o desenvolvimento da educação escolar. Indicam também a importância na formação inicial e continuada de professores para que se tenham professores cada vez mais eficazes em sala de aula, preparados para lidar com as diferentes realidades e sujeitos presentes na escola.

No que tange os conhecimentos em Geografia, os PCN's indicam objetivos para o ensino fundamental, prevendo a oferta de uma educação de qualidade e acessível a todos. Espera-se que, ao longo dos oito anos do ensino fundamental, os alunos construam um conjunto de conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes relacionados à Geografia, que lhes permita ser capazes de:

- Conhecer o mundo atual em sua diversidade, favorecendo a compreensão, de como as paisagens, os lugares e os territórios que constroem;
- Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, de modo que construa referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais;
- Conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo que compreenda o papel das sociedades na construção do território, da paisagem e do lugar;
- Compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;
- Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas ainda não usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las;
- Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;
- Orientá-los a compreender a importância das diferentes linguagens na leitura da paisagem, desde as imagens, música e literatura de dados e de

documentos de diferentes fontes de informação, de modo que interpretem, analisem e relacionem informações sobre o espaço;
 -Saber utilizar a linguagem gráfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos;
 -Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar as sociodiversidade reconhecendo-os como direitos dos povos e indivíduos e elementos de fortalecimento da democracia. (BRASIL, 1998, p.35)

A partir desses objetivos, espera-se que ocorra a ampliação de práticas educativas mais prazerosas aos estudantes a partir da agregação de novas tecnologias pedagógicas, fazendo deste o protagonista do processo educativo, excluindo quaisquer diferenças culturais, sociais, de crença, de sexo, de etnia ou clero, resguardando o exercício de direitos e deveres políticos de todos. Para tanto, exige uma escola voltada para a formação de cidadãos críticos e operantes; e que, acima de tudo, respeite e considere as concepções prévias “trazidas” pelos estudantes, dando-lhes um aprimoramento científico, apenas.

Corroborando com essa demanda, Somma (2003) coloca que:

O objeto de estudo da geografia está aí, exposto a todos os sentidos de cada estudante, todos os dias. O espaço próximo se vive; forma parte da história pessoal do estudante que lhe atribui uma lógica, a sua maneira. Os significados implícitos, os preconceitos, as noções prévias formam parte do desenvolvimento das inteligências pessoais. Ignorar essa forma de apreender seu espaço real é, além de um erro pedagógico, uma forma de desconhecer o estudante como pessoa. Nós, professores de geografia, temos a oportunidade de transformar essas percepções desordenadas, baseadas em uma dinâmica funcional, em categorias de conteúdos e habilidades significativas para o desenvolvimento da inteligência. A escola deveria ressignificar essas ideias prévias. Para que essa atuação formativa se dê, é necessária a conjunção de duas definições do professor: a linha pedagógica e o pensamento geográfico que adota.

Assim, ensinar é muito mais do que transmitir informações, é oportunizar momentos de reflexão de realidades múltiplas de modo a tornar o ensino algo desejado. Percebe-se, portanto, a necessidade da definição da metodologia que amplie os significados implícitos e as concepções prévias, e reduza os preconceitos a algo significativo capaz de ancorar a ampliação das inteligências pessoais. Deve-se utilizar do conhecimento do aluno para a partir dele se construir ou reconstruir novos conhecimentos geográficos, o professor deve desenvolver e transformar essas percepções desordenadas em categorias e conteúdos e habilidades significativas a serem adotadas em sala de aula.

No amplo cenário a que se encontra à disciplina geográfica, tem-se visto, desde o emergir do século XX, a reestruturação das aulas que competem esse conteúdo programático, reestruturações que perpassam pela ampliação das possibilidades pedagógicas, a transição de

aulas expositivas para aulas expositivas dialogadas e agregação de recursos didáticos diversos, como filmes, teatro, dinâmicas, música, dentre outros. Corroborando com essa percepção e acenando para as contínuas melhorias nesse campo, Vesentini (2004, p. 220) mostra que:

O ensino de Geografia no Brasil vive uma fase decisiva, um momento de redefinições impostas tanto pela sociedade em geral e pelo avanço da Terceira Revolução Industrial e da Globalização, pela necessidade de (re) construir um sistema que contribuía para a formação de cidadãos conscientes e ativos como também pelas modificações que ocorrem na ciência geográfica.

Essas transições alternam de Geografia Tradicional para as Geografia (s) Crítica(s). Enquanto a primeira caracteriza-se por bases descritivas e mnemônicas, fortalecidas na relação “terra-homem”, a qual prevê a necessidade de se discutir e envolver temáticas como relevo, clima, vegetação, hidrografia, população e economia. A segunda, por sua vez, como a própria nomenclatura sugere, permite ao geógrafo a possibilidade de explorar as múltiplas vertentes que a geografia lhe oferece (VESENTINI, 2004). Essas Geografia(s) Crítica(s), teria surgido em meados da década de 1970:

Tendo seu início nos Estados Unidos, através da geografia radical e, na França, em parte dada às condições internas vividas por esse país, e também ao influxo da escola americana, que teve forte influência sobre alguns intelectuais franceses e, posteriormente, na Espanha, Itália, Alemanha, Suíça, chegando à América Latina, no México e Brasil, além de inúmeros outros países (BRITO e PESSOA, 2009, p.2).

Essas manifestações legitimaram-se em função das atitudes defendidas pelos partidários dessa nova geografia que objetivavam combater e desmistificar o caráter aparentemente imparcial e oculto da geografia clássica e da geografia moderna. A Geografia Crítica Escolar, por sua vez, deteve em todo o tempo uma forma própria e certa autonomia em relação à geografia produzida na academia. Nesse sentido:

Em geral, se compreende, até mesmo por falta de um debate mais sistemático sobre o tema, que o ensino de geografia praticado nos níveis fundamental e médio é apenas uma mera e simples repetição simplificada do que se produz na academia. [...] Logo a geografia crítica escolar dá importância à realidade do estudante, as suas experiências, a sua condição de vida, aos seus conflitos e interesses produzidos no tempo e no espaço, se preocupa em formar estudantes-cidadãos, ativos e participativos, desenvolvendo neles criticidade, autonomia e criatividade em face aos

problemas encontrados no seu cotidiano e no seu espaço de vivência (BRITO e PESSOA, 2009, p.6-9).

Para Vessentini (2004, p.223), essas Geografia (s) Crítica (s) baseiam-se na:

Criticidade entendida como uma leitura do real – isto é, do espaço geográfico – que não omitia as suas tensões e contradições, tal como fazia e faz a geografia tradicional, que ajude a esclarecer a espacialidade das relações de poder e de dominação. E *engajamento* visto como uma geografia não mais “neutra” e sim comprometida com a justiça social, com a correção das desigualdades socioeconômicas e das disparidades regionais.

Assim como essas transições, precisa-se ressignificar o pensamento docente frente a essas mudanças, de tal modo que consiga-se converter informação em conhecimento, mas um conhecimento que seja significativo ao estudante ao tempo em que seja possível ampliar as possibilidades de aplicabilidade no campo educacional. Tonini (2011), ao discutir essa transformação de informação em conhecimento, fala que é necessário o estudante raciocine criticamente sobre a informação a ser convertida, processando-a a partir de conhecimentos prévios.

Portanto, um ensino crítico da geografia não se limita a uma renovação do conteúdo, ela também implica em valorizar valores diversos, conhecimentos diferentes, além das habilidades que cada um dispõe e manifesta em “menor” ou “maior grau”; instando ao professor a árdua tarefa de inovar suas atividades pedagógicas.

Paralelamente a esta realidade, ver-se a conversão da sociedade ao uso da tecnologia, onde recursos tecnológicos invadem a realidade dos alunos, também na sala de aula e imperam sob o dia-a-dia. Segundo Ribeiro (2010, p.17), “adolescentes e principalmente crianças não conseguem compreender o mundo sem a utilização da comunicação em tempo real, configurando-se como Nativos Digitais”. Em outras palavras, a tecnologia é totalmente incorporada no seu cotidiano, tendo assim o professor ter que estar capacitado para o uso dessas em sala de aula, utilizando-as como instrumentos no processo de ensino-aprendizagem. Sendo utilizada como ferramenta útil nos estudos, na vida diária e como um poderoso espaço para o desenvolvimento das suas relações sociais.

Para Saviani (1997, p. 88):

O problema dessa visão é a transformação do saber elaborado em saber escolar. Essa transformação é o processo através do qual se selecionam, do conjunto do saber sistematizado, os elementos relevantes para o crescimento intelectual dos estudantes e organizam-se esses elementos numa forma,

numa sequência tal que possibilite sua assimilação. Assim, a questão central da pedagogia [ensino de Geografia, *grifo do autor*] é o problema das formas, dos processos, dos métodos; certamente, não considerados em si mesmos, pois as formas só fazem sentido na medida em que viabilizam o domínio de determinados conteúdos.

Assim, o ensino de Geografia ganha contornos essenciais, alguns preocupantes, como a memorização de informações a qual não contempla o diálogo com a atual conjuntura. Quando efetivados no campo escolar, esses “contornos preocupantes” atribuem à Geografia, enquanto componente curricular, a possibilidade de vivenciar a evasão escolar em virtude do desestímulo por parte do alunado. Nesse sentido, é importante que o professor reflita sobre o objetivo de sua prática nesse novo contexto, onde a metodologia a ser adotada tenha a mesma ênfase da seleção dos conteúdos a serem ministrados.

Em outra perspectiva, quando se trata de motivação, o papel do professor amplia-se, pois é ele quem irá orientar, direcionar e intervir os/nos discursos e práticas em sala de aula. Para isso, cabe a ele não só selecionar e organizar criteriosamente os temas a serem trabalhados, mas também expor aos estudantes, com clareza, a relevância desses temas. Por outro lado, cabe salientar que as relações estabelecidas entre professores e estudantes “não são puramente cognitivas e racionais, nem estão pré-estabelecidas e garantidas pelos papéis que cada um cumpre no processo, sendo necessárias relações diversas”. (CAVALCANTI, 2010, p.1).

Outro aspecto a se considerar é o fortalecimento de projetos que visem vinculações da espacialidade e cultura dos estudantes com o currículo escolar e, a partir desses vínculos, fortalecer os conteúdos específicos e sua relação com o cotidiano da sala de aula e de todo o espaço escolar.

A atual política educacional do cenário brasileiro e do mundo, traduzida nas normativas, nas referências oficiais de conteúdos escolares e nas reformas do sistema, segundo Cavalcanti (2010, p.2):

Encaminha a questão da formação do professor e de sua prática com base na concepção de profissional reflexivo, de formação contínua, de formação na escola, de valorização dos saberes práticos do professor. Essa mesma política também cobra competências do professor em termos de eficiência, de resultados traduzidos em indicadores das avaliações, a partir de parâmetros/padrões nacionalmente definidos pelo poder regulador do Estado. E os maus resultados são frequentemente atribuídos à precariedade do trabalho do professor. Nesse contexto, além de suas próprias demandas de formação contínua e de garantia de salário digno, são inúmeras as demandas colocadas ao professor em relação à comunidade escolar, ao estabelecido pelas normas vigentes, aos currículos oficiais, à escolha dos livros didáticos.

O professor tem sido cada vez mais enfatizado como sujeito importante no processo de formação dos indivíduos para sua vida em sociedade, por sua vez a realidade escolar tem se tornado mais complexa e por assim dizer, difícil. Hoje a indisciplina é considerada um dos principais problemas da sala de aula, o Estado vem no processo contínuo de avaliação desse processo de ensino, por meio de censos, exames de avaliação e outros. No entanto não tem oferecido ao professor condições dignas para a realização do seu trabalho, entre eles um salário condizente com a importância da atividade docente, estrutura física, financeira e didática para o desenrolar dessas ações, entre outros problemas presentes na realidade escolar brasileira.

A LDB/96 estabelece a necessidade de uma formação inicial e contínua para a atividade docente, devendo o professor ser um profissional apto a desenvolver a sua reflexividade e de seu aluno; e os saberes destes devem ser valorizados através de salários justos e condições de trabalhos que os permitam explorarem o conteúdo de forma integradora e significativa. Sabendo disso, esses saberes devem chegar ao ensino de Geografia de modo que o professor seja capaz de fazer seu aluno se identificar com aquilo que ele transmite, tornando-o significativo. Cavalcanti (2010, p.7), coloca que:

A meta de formação de conceitos geográficos no ensino tem sido delineada desde a década de 1980, quando se explicitou uma compreensão de que ensinar Geografia não é ensinar um conjunto de conteúdos e temas, mas é, antes de tudo, ensinar um modo específico de pensar, de perceber a realidade. Trata-se de ensinar um modo de pensar geográfico, um olhar geográfico, um raciocínio geográfico. Esse modo de pensar tem sido estruturado historicamente por um conjunto de categorias, conceitos e teorias sobre o espaço e sobre a relação da sociedade com o espaço. Sendo assim, ensinar Geografia é ensinar, por meio de temas e conteúdos (fatos, fenômenos, informações), um modo de pensar geograficamente/espacialmente o mundo, o que requer desenvolver, ao longo dos anos do ensino fundamental, um pensamento conceitual.

Diante do exposto é possível compreender que a formação de conceitos geográficos emerge como tema principal no ensino de Geografia, sendo um auxílio na instrumentalização do pensamento espacial, instando ao professor mediar os elementos teóricos para que o estudante seja capaz de desenvolver a consciência da espacialidade das coisas, dos fenômenos, dos processos. A formação dos conceitos em Geografia, assim como as demais áreas do saber, é concebida a partir de experiências e não deve ser um elemento passivo no processo educacional. Tão logo, a abordagem dos conteúdos deve pautar a

multidisciplinaridade e envolver o estudante desde a escolha dos conteúdos, pensando assim o mesmo descobrirá a Geografia como sendo capaz de privilegiar a criatividade do homem, suas criações e a forma como ele interage com o espaço, modificando-o conforme seus anseios.

Concomitantemente, Tomasoni (2004, p. 13) afirma que:

Na evolução do conhecimento geográfico é possível verificar a busca por diversas abordagens, das relações entre homem e natureza, numa constante dicotomização e posteriormente entre sociedade e natureza buscando apreender uma visão mais totalizante do espaço em suas investigações.

Diante desse contexto, o ensino da geografia exige uma maior discussão das mudanças ocorridas no espaço e nas relações homem/meio, onde os conteúdos geográficos devem perpassar por discussões pautadas numa geografia crítica. É necessário, também, valermo-nos das relações que o homem estabelece com a natureza no converter de suas necessidades em consumismo, degradação e extinção (na grande maioria) dos recursos naturais, além das relações sociedade-natureza.

Ainda sobre o atual cenário que o professor de Geografia tem que se deparar, aponta-se as limitações referentes à atuação e formação profissionais, que despontam na resistência na construção de conhecimentos dos estudantes. Ao dar aulas é necessário um mínimo de condições favoráveis ao seu êxito, sem tais não há possibilidade de fazê-la com a qualidade demandada, contudo, de alguma maneira, consciente ou inconscientemente, “o trabalho do professor está ligado a um projeto de formação, de humanidade, que demanda assumir a autonomia do trabalho e refletir coletivamente sobre suas possibilidades” (CAVALCANTI, 2010, p.2). Desse modo, quanto mais planejado o trabalho docente, menores serão os impasses que tendem a acompanhar o estudante em sua trajetória escolar e maiores as perspectivas de ir traçando um horizonte mais promissor, onde diversos valores são agregados à democratização e universalização da educação básica despontando, impreterivelmente, numa educação de qualidade, livre de muitas das dificuldades vivenciadas atualmente.

2.3 Currículo Escolar e Aprendizagem

Cada indivíduo traz consigo uma percepção do que seja escola e a influência que ela exerce em seu meio social, por conta das experiências que são vivenciadas neste universo. Sem excluir a importância do lar na edificação do saber deste mesmo indivíduo, o ambiente

escolar deixa de ser um mero espaço de aprendizagem formal e torna-se palco de relações interpessoais, desempenhando um papel fundamental na consolidação das sociedades democráticas. Para concretizar tal ensejo, é demandada uma reforma estrutural/organizacional emergente nos sistemas nacionais de ensino, fazendo-o atender a um conjunto de objetivos e de conteúdos de formação.

Apesar das controvérsias a respeito, Perrenoud (2003) traz-nos que o currículo, mesmo inscrito em textos que têm força de lei e não podem ser inconsequentes, devem ser tomados como referência última, à qual se reportam as formas e as normas de excelência escolar. Ao contrário, é mais importante que:

1. O currículo tenha precedência e se fundamente naquilo que pareça essencial para ensinar e aprender, em vez de fundamentar-se na obsessão de avaliar de modo preciso ou na preocupação de fazer boa figura diante de uma concorrência que passa por tantas mediações;
2. O sucesso escolar se fundamente numa avaliação equitativa do conjunto das dimensões do currículo. Só o currículo e nada mais que o currículo. (PERRENOUD, 2003, p.10)

Para superar essas deficiências é demandado um trabalho coletivo, capaz de acenar para a convergência de toda a comunidade escolar em torno de um projeto pedagógico articulador que traga à luz o dinamismo e interdisciplinaridade, visando além do alcance das metas da escola, a qualificação e promoção sociocultural de todos direta e indiretamente envolvidos com a comunidade escolar. Desse modo, o aprendizado contribuirá não só para o conhecimento científico, mas também para a emancipação de uma cultura e visão de mundo mais amplos, o que recai num aprendizado prático, integrador e crítico, cada vez mais relacionado com a cultura científica.

Tão logo, é preciso pensar, inclusive, nas formas de avaliar o conhecimento adquirido e/ou personificado nos espaços escolares; melhor dizendo, é necessário que haja uma análise no que se entende por avaliar nesse contexto. De acordo com Perrenoud (2003, p.26):

O currículo deveria vir em primeiro lugar e a avaliação deveria se encarregar de discernir se ele está sendo assimilado de maneira inteligente e duradoura, para além das rotinas escolares e sem se tornar estreitamente dependente de listas de classificação das escolas.

Desse cenário, fica entendido que a proposta para o ensino é refletir a realidade como uma forma de promover boas práticas educativas idealizando uma educação dinâmica, multifacetada, crítica e ao mesmo tempo integradora de conhecimentos diversos e

contempladores de todas as vertentes desse indivíduo – que a cada dia se diversifica e demanda metodologias não convencionais capazes de racionalizar as mazelas superficiais do ensino, pelo menos.

Nesse sentido, o ensino em sua totalidade, deve conceber o homem como sendo alguém que se insere num contexto mutável e que irá conhecer através de informações que lhe serão fornecidas partes desse universo, graças às interações que o mesmo estabelece com os seus semelhantes refletindo seus valores culturais, visto que se encontra intimamente relacionado aos valores proclamados pela sociedade na qual se realiza. Eis que o conhecimento será fundamental para revolucionar o ensino, de tal modo que a educação promovida na/pela escola deverá favorecer caminhos que o indivíduo formule seus próprios conceitos e personifique sua realidade.

Porém, a escola não desenvolve boas práticas (ou pelo menos se acredita) se não estiver pautada num documento/instrumento diretor, este denominado Projeto Político Pedagógico (PPP). Tão logo, o mesmo concretiza-se desde a sua elaboração até o seu pleno uso. Reconhecendo sua importância no contexto escolar, Vasconcelos (2011, p.169), afirma que o PPP é:

O plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

É, portanto, um instrumento que a escola utiliza para construir seus projetos, bem como a melhor maneira de pô-los em ação e, nesta perspectiva, é uma forma de organização do trabalho pedagógico da escola, “transformando-se numa ferramenta de planejamento e avaliação dinâmica, participativa, evolutiva e democrática” (BARBOSA, 2012, p.30), capaz de intervir e modificar realidades indesejadas, buscando a formação de um sujeito novo e autônomo. Tão logo, o seu papel na escola vai muito além do fornecimento de normatizações e regras a serem cumpridas, ele personifica-se como sugestão de intervenção de realidades emergentes ao passo em que é ressignificado a partir do cotidiano escolar.

Nesse contexto, o currículo, pois, define a intencionalidade e as estratégias da escola, só podendo ser concebido nesses moldes se assumir uma estratégia de gestão democrática, onde sua eficácia será aferida na medida em que gera o compromisso dos seus protagonistas com a proposta educacional e com a realidade de cada um dos envolvidos.

3. A GEOGRAFIA ENQUANTO DISCIPLINA ESCOLAR

É inevitável não compreender o ensino como o alicerce que promove a sustentação de toda a nação, como sendo, também, o integrador de culturas e difusor de conhecimentos pertinentes, essenciais ao processo de formação acadêmica e humana do indivíduo. Assim, a tarefa do ensino é tornar os conteúdos objetos de conhecimento para o estudante, sendo sua construção um obstáculo a ser superado.

Para despertar o interesse cognitivo dos estudantes, o professor deve atuar na mediação didática, o que implica investir no processo de reflexão sobre a contribuição dos conhecimentos acadêmicos na sua vida cotidiana, sem perder de vista sua importância para uma análise crítica da realidade social e natural mais ampla. Especificamente, no ensino de Geografia, Cavalcanti (2010) aponta que o papel diretivo do professor na condução do ensino está relacionado às suas decisões sobre o que ensinar, sobre as bases fundamentais do conhecimento geográfico a ser aprendido, reconhecendo esses estudantes como sujeitos, que têm uma história e uma cognição a serem consideradas.

Enquanto área do conhecimento, a Geografia aparece nos PCN's como uma promotora de instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social. De tal modo que é possível, por intermédio dela, compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos e, assim, adquirir uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele.

A Geografia é uma área de conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível para os estudantes, explicável e passível de transformações. É dessa forma, portanto, que o estudo do pensamento e da produção geográfica brasileira revela a necessidade de explicitar duas questões básicas: a primeira é o fato de a Geografia ter métodos que lhe são próprios e a segunda é definir o momento em que a Geografia passou a integrar o corpo disciplinar na academia, constituindo um ramo específico de pesquisa e do conhecimento científico (BRASIL, 1998). Refletindo sobre esses dois grandes eixos, muitos dos problemas peculiares ao cotidiano escolar, como ausência de dinamismo durante a aula, falta de integração por parte dos estudantes e ausência de metodologias integrativas e inovadoras, serão substituídos por aprendizagens significativas, onde “o que ensinar” estará dualizado com “o que é necessário aprender”.

Assim, o ensino de Geografia deve permitir a construção e/ou aprimoramento de saberes sobre a realidade sócio-espacial do estudante, levando-o a assumir posturas

condizentes à participação política na interpretação da realidade posta e vivenciada, demarcando os limites impostos pelos desafios e as possibilidades de intervenção, despontando na permanência ou na transformação da realidade histórica na qual está inserido. Nesta perspectiva, pensar no ensino de Geografia remete uma reflexão da realidade e do contexto em que vivem os sujeitos envolvidos, bem como o entendimento das questões geográficas do âmbito global ao local, fundindo percepções que perpassam pela significação/valorização da realidade do estudante, conservação e uso racional dos recursos naturais, além do resgate cultural/histórico do estudante (BRITO, 2012). Nesse sentido:

Evidente que, ao afastar-se do paradigma tradicional e ao aproximar-se do político, a geografia contribui para explicar as complexas transformações que estamos vivendo, e que estão modificando a cartografia do espaço geográfico mundial numa velocidade que desconhecíamos, de forma que o seu papel na instituição escola deixa de ser o de mera reprodução de uma ordem que a história já mostrou ultrapassada. Sem dúvida alguma, se persistirmos nesse paradigma, que embasou (e escamoteou) com perfeição a ideologia do nacionalismo patriótico, a Geografia será substituída por outras ciências mais sintonizadas com a reprodução do status quo. (VLACH, 1991 *apud* SILVA e ALBUQUERQUE, ANO p.06).

É importante dizer, também, que a Geografia abrange as preocupações fundamentais apresentadas nos temas transversais, identificando-se, portanto, com aquele corpo de conhecimentos considerados como questões emergenciais para a conquista da cidadania. De acordo com Cavalcanti (2010), as linhas de pesquisas no ensino de Geografia buscam compreender a dinâmica e indicar caminhos e abordagens que produzirão melhores resultados na aprendizagem e na formação do estudante enquanto cidadão operante.

A meta dessa percepção é fazer com que o professor deva mobilizar autonomamente conhecimentos, tendo como eixos principais a história do pensamento geográfico, a constituição da área como ciência e como disciplina escolar, as tendências teóricas e as categorias de análise básicas do raciocínio espacial, os procedimentos de investigação e análise do espaço. Se assim o fizer, o professor estará trabalhando na ótica da contextualização e obterá como produto elementos mais seguros para tomar decisões sobre encaminhamentos no ensino.

Outro aspecto essencial é que os conteúdos propostos assumem o peso e a responsabilidade de trabalhar os meios pelos quais os estudantes os utilizem em prol da democratização da escola, do convívio escolar, do espaço social do aluno e das propostas de conteúdos que se combinam com a abordagem plural da Geografia que se propõe nos PCN's. Na busca da abordagem relacional entre o processo histórico na formação das sociedades

humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar/território a partir de sua paisagem, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, além de contemplar o social, o cultural e natural, possibilitando a compreensão de suas dinâmicas internas para identificar, através das representações da paisagem, o que o percebido representa em termos de heranças e relações no tempo entre a sociedade e a natureza em sua interação (BRASIL, 1998).

Quanto à sua difusão no ensino fundamental, cabe uma análise a algumas categorias inerentes a essa etapa da escolaridade, pois:

No que se refere ao ensino fundamental, é importante considerar quais são as categorias da Geografia mais adequadas para os estudantes em relação a essa etapa da escolaridade e às capacidades que se espera que eles desenvolvam. Assim, espaço deve ser o objeto central de estudo, e as categorias território, região, paisagem e lugar devem ser abordadas como seu desdobramento. (BRASIL, 1998, p. 110).

Ou seja, o ensino da Geografia deve ter como base as categorias geográficas pertinentes a esta disciplina. Tendo como categoria principal o espaço. A partir destas o processo de ensino-aprendizagem deve constar no entendimento desse espaço e de sua complexidade. Segundo Cavalcanti (2010, p.3), para o ensino da Geografia se “requer um diálogo vivo no qual todos têm legitimidade para se manifestar, com base no debate de temas relevantes e no confronto de percepções, de vivências, de análises, buscando um sentido real dos conteúdos estudados”. O que se quer pra sala de aula é que seja ensinada:

Uma Geografia que não seja apenas centrada na descrição empírica das paisagens, tampouco pautada exclusivamente pela explicação política e econômica do mundo; que trabalhe tanto as relações socioculturais da paisagem como os elementos físicos e biológicos que dela fazem parte, investigando as múltiplas interações entre eles estabelecidas na constituição dos lugares e territórios (BRASIL, 1998, p.23).

Castrogiovanni (2007, p. 42), fala que “muitos ainda acreditam que a Geografia é uma disciplina desinteressante e desinteressada, elemento de uma cultura que necessita da memória para reter nomes de rios, regiões, países, altitudes, etc.”. Isso é reflexo da Geografia tradicional que se implantou nas salas de aulas durante anos, e ainda é uma prática presente. Mas a Geografia, enquanto ciência e disciplina escolar vêm passando por um contexto de redefinições, provenientes de debates, discussões e pesquisas, que visam contribuir para o desenvolvimento e qualificação do ensino da mesma.

Deve-se desenvolver um trabalho docente que instigue o aluno, que seja possível de desenvolver nos mesmos a capacidade de ler e interpretar o espaço geográfico. Para isso deve-

se sair daquela Geografia Tradicional, pautada na descrição e memorização de paisagens e fenômenos geográficos. Deve-se promover uma aprendizagem significativa dos conteúdos que são ensinados, envolvendo seus estudantes e articulando intencionalmente seus projetos profissionais a projetos sociais mais amplos, pois os desafios que necessitam enfrentar não são simples e passíveis de se resolver com receitas; ao contrário, são complexos e requerem orientações teóricas seguras, conhecimento da realidade e dos processos da escola, convicções sobre modos de atuação nessa instituição (OLIVEIRA, 2009). A partir disso se fará a seguir uma breve discussão da importância dos recursos didáticos para o processo de ensino e aprendizagem.

3.1 A Importância dos Recursos Didáticos e da Metodologia na Aprendizagem do Aluno no ensino de Geografia: uma breve análise

Os recursos didáticos são instrumentos importantes para o processo de ensino aprendizagem, estes têm muito a contribuir para o ensino de Geografia. No entanto essa eficácia dependerá do uso que o professor fizer dos mesmos. Abordagens atuais da Geografia têm buscado práticas pedagógicas que permitam colocar aos estudantes as diferentes situações de vivência com os lugares e com o espaço, de modo que possam construir compreensões novas e mais complexas a seu respeito. Espera-se que, dessa forma, eles desenvolvam:

A capacidade de identificar e refletir sobre diferentes aspectos da realidade, compreendendo a relação sociedade/natureza. Essas práticas envolvem procedimentos de problematização, observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa dos fenômenos sociais, culturais ou naturais que compõem a paisagem e o espaço geográfico, na busca e formulação de hipóteses e explicações das relações, permanências e transformações que aí se encontram em interação. Nessa perspectiva procura-se sempre a valorização da experiência do estudante (BRASIL, 1998, p.29).

Assim assinala-se a necessidade de um ensino numa perspectiva mais crítica e eficaz, que abandone aquela postura tradicional, pautada na descrição e memorização. Essas resistências podem estar associadas ao posicionamento não-contemporâneo da sociedade “pseudomoderna”, que resistem em aceitar novas metodologias e romper com a segurança das tradicionalmente estabelecidas, o que faz do "tradicionalismo geográfico" uma prática evidentemente constante. Com isso, as propostas curriculares voltadas ao ensino de Geografia revelam que, às vezes, essa problemática centra-se na escolha dos conteúdos e a abordagem

metodológica a serem trabalhados. Instando a acreditar que não basta apenas selecioná-los, mas dispô-los obedecendo à realidade do estudante, de modo que este seja atraído pela escolha. De acordo com Brasil (1998, p. 24-25):

-Há uma preocupação maior com conteúdos conceituais do que com os procedimentais e atitudinais. O objetivo do ensino fica restrito, assim, à aprendizagem de fenômenos e conceitos, desconsiderando a aprendizagem de procedimentos e atitudes fundamentais para a compreensão dos métodos e explicações com os quais a própria Geografia trabalha;

-As propostas pedagógicas separam a Geografia Humana da Geografia da Natureza em relação àquilo que deve ser apreendido como conteúdo específico: ou a abordagem é essencialmente social (e a natureza é um apêndice, um recurso natural) ou então se trabalha a gênese dos fenômenos naturais de forma pura, analisando suas leis, em detrimento da possibilidade exclusiva da Geografia de interpretar, compreender e inserir o juízo do estudante na aprendizagem dos fenômenos em uma abordagem socioambiental.

Precisa-se romper com esta dicotomia existente da geografia física versus geografia humana. É preciso que haja em sala de aula um ensino de geografia que permita ao aluno desenvolver as capacidades de ler e interpretar o espaço geográfico, para que possa atuar no mesmo de forma consciente, tendo uma postura cidadã. Desse cenário, enfatiza-se o surgimento de ações capazes de tornar o aprendizado significativo e adequado às realidades. A abordagem metodológica e o uso de recursos didáticos desempenhará papel essencial nesse contexto.

Nesse sentido, a prática pedagógica a ser adotada pelo professor em sala de aula deve contemplar ferramentas suficientes para proporcionar aos estudantes a capacidade de preencher as lacunas do conhecimento, ampliando sua visão de mundo e criticidade. Sendo assim, compreende-se que a escola organiza o conhecimento segundo sua lógica interna e esta, por sua vez, exerce e sofre influências externas. O que leva a crer que a realidade do estudante não se dissocia do cotidiano escolar – e deve ser valorizado/trabalhado por intermédio do professor.

Neste universo de aplicabilidades, a Geografia Escolar, segundo Silva e Albuquerque (2012, p.6), “possibilita criar e utilizar metodologias e/ou instrumentos que busquem a interação entre a construção e a reconstrução do conhecimento, numa perspectiva de totalidade”. Que deve contemplar o alunado, de tal modo que eles possam refletir sobre o passado/presente e discutir o futuro numa ação recíproca entre sociedade/natureza e a comunidade na qual está inserido.

Por isso, os procedimentos metodológicos e os recursos didáticos a serem utilizados

no processo de construção do conhecimento geográfico devem ser pensados e adotados de acordo com as demandas de cada turma, além da estruturação de seus objetivos possibilitando a compreensão do espaço geográfico, econômico, político e social em que está inserido.

Os recursos didáticos constituem em instrumentos importantes para a atividade docente. A exemplo desses recursos didáticos tem-se o livro didático, um importantíssimo recurso, porém não convém tê-lo como recurso exclusivo sem que haja a pesquisa-ação, particularmente por parte do professor, visto que os educandos poderão ser prejudicados. A dependência do livro didático, por parte do professor, tem sido apontado como um dos principais problemas em sala de aula, docentes tem utilizado o mesmo como se fosse uma espécie de “bíblia”, uma “tábua de salvação”. Como afirma Silva e Albuquerque (2012, p. 806):

[...] O livro didático tem assumido a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico. Impulsionados por inúmeras situações adversas, grande parte dos professores brasileiros o transformaram no principal ou, até mesmo, o único instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula. [...]

Nisso, o contexto sociopolítico, mesmo com suas contradições, exige que o professor seja um mediador, conciliando raciocínio epistemológico crítico com as práticas docentes (SILVA e ALBUQUERQUE, 2012). É daí, portanto, que extrai a importância de complementar a práxis pedagógica diária com recursos mais atrativos aos estudantes, a exemplo da música. Referindo-se ao uso dos recursos didáticos os PCN de Geografia colocam que:

[...] a possibilidade de uso de recursos didáticos, tais como o trabalho com diferentes fontes documentais, imagens, música, estudos do meio, leitura de textos mais complexos e reflexivos, dramatizações, pesquisa etc., podem ser mais profundamente utilizados pelo professor, para que possa criar intervenções significativas que despertem, e ao mesmo tempo consolidem, os conhecimentos geográficos do aluno, como uma forma de saber particular, mas ao mesmo tempo articulado com outras áreas. (BRASIL, 1998, p. 96)

Silva (2013, p. 64), coloca que o objetivo do uso de recursos didáticos em sala de aula “é proporcionar uma maneira mais didática de aprender Geografia, levando em consideração o conteúdo a ser ministrado, os objetivos a serem atingidos e o público alvo”. Nesta perspectiva, a abordagem metodológica do docente e o uso de recursos didáticos se fazem importante para o ensino de Geografia, pois os mesmos oferecem maiores possibilidades para

um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz, construtivo, desde que estes se dêem de uma forma reflexiva. A partir disso se fará a seguir uma análise da música como recurso didático para o ensino da Geografia escolar.

3.2 A Música como Recurso Didático na Aula de Geografia

Vive-se numa sociedade na qual a escola tem se deparado com novas fontes de saberes, que estão cada vez mais presentes na vida dos indivíduos, como a mídia, a internet e outros. Nisso a educação escolar, principalmente na figura do professor está tendo que renovar suas práticas e desenvolver ações metodológicas de ensino que despertem o interesse do alunado. Buscando assim novas linguagens que venham a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem.

A escola, por ser um espaço de formação científica, humana e cidadã dos educandos, é uma parte importante da sociedade, onde estes educandos se reconhecem enquanto seres de direitos e, com isso, têm a oportunidade de focalizar e personificar o mundo em que vivem, de fortalecer as inter-relações entre vários conhecimentos, no entanto esse espaço precisa ser mais valorizado pela sociedade em geral.

É nesse campo multifacetado e amplamente diverso que se percebe a importância de um trabalho flexibilizado e fortemente interdisciplinar, onde o estudante reconheça o conteúdo a ser abordado como passível de integrar diversas áreas do saber e sua abordagem no ensino de Geografia trate os temas e conteúdos nos programas de estudo de maneira contextualizada. Mas “será bastante oportuno que o professor dialogue com as áreas afins quando for definir o seu campo de interesse e tempo de permanência nas diferentes escalas na abordagem do tema” (BRASIL, 1998, p.32), pois existem diferentes formas de se trabalhar os conteúdos geográficos e levar os estudantes a compreendê-los de forma contextualizada. Entre elas a música, que esta tão presente na sociedade, inclusive na vida do docente e do discente, Perris (1985, p.3-4) enfatiza que:

[...] somos incansavelmente atingidos pela música, embora frequentemente não nos demos conta de sua presença. A música nos alcança a partir do aparelho estéreo de nossa casa e em nossos carros, é tocada nos bancos, edifícios comerciais e supermercados, e acompanha a ação de filmes e programas de televisão, jogando sutilmente com nossas emoções e desejos. Usamos a música para trabalhar, para caminhar, para acalmar o bebê, para exercício aeróbico, para cerimônias e para religião...

Já é sabido que a utilização de recursos didáticos em sala de aula contribui bastante para o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido a música também serve como recurso didático, pois o uso desta objetiva promover uma maior interação entre os estudantes e o conhecimento a ser discutido em sala, despertando também maior interesse pelas aulas, mediado por atividades atrativas, prazerosas, dinâmicas que despertam que podem proporcionar uma aprendizagem. Tenha visto que “a música é um elemento organizacional do dia-a-dia escolar, neutralizando e suavizando a rotina e transformando o cotidiano escolar” (HUMMES, 2004, p.21).

Corroborando com essa visão, Maganha (*apud* SCHROEDER, 2008), aponta que a presença da música na educação auxilia a percepção, estimula a memória e a inteligência, relacionando-se ainda com habilidades lingüísticas e lógico-matemáticas ao desenvolver procedimentos que ajudam o educando a se reconhecer e a se orientar melhor no mundo. Além disso, a música também vem sendo utilizada como fator de bem estar e de melhoria na saúde.

Aponta-se a música como passível de aproximar os conteúdos geográficos à realidade do estudante, que além de transmitir uma ideia, resgata a emoção e a afetividade no ensino. É, pois, através da comunicação verbal que a comunicação e a disseminação de conhecimentos são atingidas. Kong (2009, p. 141-142), expõe que “[...] os textos musicais devem ser entendidos como diálogos sociais em andamento, os quais ocorrem em determinadas situações sociais e históricas e refletem esses cenários”.

Fruto da produção cultural, a música povoa as mais diversas sociedades desde o início da organização de tribos primitivas. As provas desse fato são os achados históricos datados das grandes civilizações do mundo antigo, tendo catalogados vestígios da existência de instrumentos musicais em diferentes formas de documentos, como liturgia, hinos e cantos, além de diferentes fontes arqueológicas, em pinturas, gravuras e esculturas, apresentam imagens de músicos, instrumentos e dançarinos em ação. A música, ao ser (re) produzida, é influenciada diretamente pela organização sociocultural e econômica local, sendo capaz de narrar a realidade do ambiente a ela vinculado.

De acordo com Panitz (2012), a música há algum tempo vem despertando um crescente interesse na Geografia, graças ao fortalecimento da cultura e das manifestações artísticas em sua dimensão espacial. As primeiras considerações que ligam a Geografia moderna à expressão musical podem ser atribuídas à Friedrich Ratzel e seu discípulo Leo Frobenius. Sabe-se que:

Ratzel influenciou decididamente a Escola Histórico Cultural, tanto alemã quanto austríaca, sendo Frobenius o principal pesquisador que levou adiante as teorias do geógrafo alemão. Atento aos indícios materiais da cultura, Ratzel observou similaridades entre os arcos da África Ocidental e da Melanésia, suas características morfológicas, bem como as formas das flechas usadas junto com o arco. Frobenius levou a pesquisa adiante e relacionou similaridades entre os tambores e outros instrumentos musicais, que o levou a desenvolver a noção de Círculos Culturais (Kulturkreis) junto aos etnologistas austríacos Fritz Graebner e Wilhelm Schmidt, inspirados em Ratzel. Partindo dessa noção, a partir do estudo da distribuição espacial de instrumentos musicais, entre outros procedimentos, Frobenius estabeleceu regionalizações na África que remetem aos ciclos de difusão de etnias, propondo, por exemplo, a seguinte divisão: Negra, MelanésioNegra, IndoNegra e SemíticoNegra (REYNOSO, 2006; MERRIAM, 1983 *apud* PANITZ, 2012, p.1)

Alguns autores, como Castro (2009), datam outra época onde começou a ocorrer esse enfoque da relação da geografia com a música. Segundo o mesmo:

A trajetória dos estudos de geografia sobre música inicia-se há quarenta anos, com o artigo de Peter Hugh Nash, “*Music Regions and Regional Music*”, de 1968. Apesar de ser uma tradição relativamente longa, ela permaneceu praticamente restrita à geografia norte-americana durante quase todo esse tempo, com raras exceções que veremos mais adiante. Em 1971, o primeiro artigo integral, de autoria de Larry Ford, “*Geographic Factors in the Origin, Evolution and Diffusion of Rock and Roll Music*”, aparece no periódico americano *Journal of Geography*. A partir de então, uma série de trabalhos são publicados até que, em 1974, na primeira SNACS (*Society for the North American Cultural Survey*), a Música foi designada como um dos capítulos para *This Remarkable Continent: An Atlas of United States and Canadian Society and Cultures*, que foi publicado em 1982. Após essa publicação, os estudos musicais passaram a ser considerados como um novo subcampo dentro da geografia cultural (CASTRO, 2009, p.8).

Controvérsias a parte, no Brasil essa relação da música com o ensino da Geografia ganhou destaque com a publicação da dissertação de mestrado¹ de João Baptista Ferreira Mello, em 1991, na qual ele trata dos mundos vividos da cantora Marlene, apoiado nas filosofias do significado, fenomenologia, existencialismo e hermenêutica, em direção a uma geografia do indivíduo.

Difundidos em poucas obras literárias, encontra-se a música como sendo muito mais que um simples conjunto de sons que se unem em uma melodia, ela é um tipo de expressão humana, um instrumento capaz de guiar aprendizagens, despertar sentimentos e ampliar

1. _____

¹ MELLO, J.B.F. **O Rio de Janeiro dos Compositores da Música Popular Brasileira – 1928/1991 – uma introdução à geografia humanística**. 1991. 300 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

saberes. Sendo assim pode-se utilizar essa forma de linguagem para despertar, sensibilizar e transmitir um conhecimento dentro da sala de aula e até fora dela.

Para Swanwick (2003 *apud* Silva 2013, p.31):

A música está em todas as culturas, com seu discurso, elementos simbólicos e sonoridades e é muito importante para o ensino, pois favorece a comunicação de idéias. A música enquanto ferramenta didática tem a capacidade de unir razão e emoção, enriquecendo dessa maneira o processo de ensino-aprendizagem, promovendo ressignificação, resgate da afetividade e valorização dos conteúdos de geografia.

No entanto vale ressaltar que não é apresentar a música por si só, é analisá-la e interpretar o que a mesma representa. Identificando o espaço e suas relações que ela apresenta. Quando se trabalha com a música em sala de aula se faz necessário que a mesma esteja inserida em um contexto, associado ao conteúdo que se pretende trabalhar e deve-se ter clareza de estar lidando com algo extremamente subjetivo:

Por tratar-se de um material marcado por objetivos essencialmente estéticos e artísticos, destinados à fruição pessoal e/ou coletiva, a canção também assume inevitavelmente a singularidade e características especiais próprias do autor e de seu universo cultural. Além disso, geralmente uma nova leitura é realizada pelo intérprete/instrumentista. E, finalmente, o receptor faz sua (re) leitura da obra, às vezes trilhando caminhos inesperados para o criador (SILVA, 2013, p.32).

O papel da música no ensino da geografia é elucidar, clarear e enfatizar os assuntos relativos à Geografia, fazendo fluir o interesse dos jovens e possibilitando compreensão dos temas abordados, uma vez que:

Na música existe uma imensidão de temas que não podem ser entendidos se separados de seu contexto histórico e ideológico, para isto se faz necessário o estudo do todo de sua construção, dando à música sentido e riqueza, além de abrir várias possibilidades de estudo aliados a ela. Os professores da área de Geografia podem usar a música de diversas formas, tanto sua letra, quanto seu ritmo, seu compositor, para facilitar a compreensão dos estudantes em determinados temas abordados. A música terá a função de trazer às aulas de Geografia novas possibilidades e sensações, tornando-as mais atraentes e de fácil assimilação (GODOY, 2009, p.9).

Vale salientar que a música por si só não é de caráter geográfico, o que deve-se desenvolver é uma análise geográfica da mesma. Ou seja, atribuir geograficidade a música. Assim o professor pode explorar uma diversidade de conteúdos e abordagens pertinentes à

referida disciplina. A música pode ser adotada no ensino de Geografia como uma forma de aperfeiçoar o ensino e aprendizagem dos estudantes, que, quando bem trabalhada, desenvolve o raciocínio, criatividade e outras habilidades, por isso, deve-se aproveitar esta tão rica atividade educacional dentro das salas de aula. Ela pode ser trazida para sala de aula como um instrumento de ensino e pode ser muito bem aproveitada no ensino de Geografia, pois permite a interpretação de realidades teoricamente simples – por serem vivenciadas pelos estudantes – mas que podem ser complexificadas quando trabalhadas de forma significativa, destacando os aspectos naturais, espaciais, culturais, políticos, econômicos e ambientais.

De acordo com Castro (2009, p.10-11) os conteúdos geográficos que podem ser trabalhados com a música estão agrupados em dez tipos gerais:

- A delimitação de regiões musicais e a interpretação da música regional;
- A evolução de um estilo musical com o lugar, ou a música de um lugar-específico;
- A origem e a difusão do fenômeno musical;
- A relação entre a distribuição espacial da música e as migrações humanas, rotas de transporte e redes de comunicação;
- Os elementos psicológicos e simbólicos da música moldando o caráter de um lugar: a imagem do lugar, o sentido de lugar e a percepção do lugar;
- Os efeitos da música na paisagem cultural.
- A organização espacial da indústria fonográfica e outros fenômenos musicais.
- A relação da música com o ambiente natural.
- A função da música “nacionalista” e “antinacionalista”. De um lado, compositores que, em sua obra, deram destaque aos valores nacionais, às vitórias, às belezas e ao folclore. De outro, sentimentos antipatrióticos.
- As inter-relações da música com outros traços culturais em um sentido espacial.

Portanto, a música apresenta múltiplas possibilidades, tanto de interpretações e influências, quanto de criações. E representa para o ensino de Geografia capaz de instigar a reflexão crítica da realidade a partir da integração dos estudantes na dinâmica da aula. Fato evidente em músicas que versam sobre as peculiaridades de cada região – a exemplo da crise hídrica vivenciada na região nordeste –, a descrição das diferentes paisagens naturais ou antrópicas, os fluxos migratórios tão necessários para a formação e/ou ampliação de comunidades e sociedades.

A construção de pressupostos teóricos e metodológicos para o ensino de Geografia, tendo como base a inserção da música no cotidiano escolar, resgata as construções sociais passadas e considera toda complexidade que envolve o fazer geográfico. Os professores da área de Geografia podem usar a música de diversas formas, tanto sua letra, quanto seu ritmo,

seu compositor, para facilitar a compreensão dos estudantes em determinados temas abordados. A música terá a função de trazer às aulas de Geografia novas possibilidades e sensações, tornando-as mais atraentes e de fácil assimilação (PINHEIRO *et al.*, 2004).

Assim, a partir desta breve discussão das contribuições que a música pode proporcionar para o ensino de Geografia, no capítulo a seguir será feita uma proposta metodológica de como trabalhar a música nas aulas de Geografia, enfatizando a categoria espaço.

4. O ESPAÇO GEOGRÁFICO REPRESENTADO NA MÚSICA

Como já discutido o espaço geográfico é o objeto de estudo da Geografia. É nele que se desenvolvem as relações sociais e as relações destas com a natureza, o mesmo é tido como um produto histórico, resultante de tais relações. Castrogiovanni (2007, p. 43) considera que:

O objeto da geografia continua sendo o espaço geográfico. Ele é um produto histórico e, por consequência, também deve ter um conteúdo histórico. Deve ser entendido como o conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, que mostra as práticas sociais dos diferentes grupos que nele interagem, produzem, sonham, lutam, desejam, vivem e o (re) constroem.

Nesse sentido se faz importante o estudo do espaço na Geografia enquanto disciplina, para que a partir de tal abordagem o aluno desenvolva a capacidade de ler e interpretar o espaço geográfico em sua complexidade, para que assim possa vir atuar e intervir no mesmo de forma consciente. Nisso Ponthuschka (et. al. 2007, p. 23) argumenta que:

A nosso ver, o trabalho em sala de aula precisa permitir ao aluno a compreensão do espaço geográfico. Para tanto, há necessidade de um diálogo permanente com o próprio espaço para que o aluno amplie sua visão de mundo, conheça e reconheça seu papel na sociedade tecnológica e computacional em uma economia e cultura mundializadas.

Corroborando com as palavras de Ponthuschka (et. al. 2007), Castrogiovanni (2007, p. 43) diz que:

A geografia escolar (será que existe mais de uma Geografia?) , mais do que nunca, deve ser trabalhada de forma a instrumentalizar os alunos para lidarem com a espacialidade e com suas múltiplas aproximações: eles devem saber operar o espaço! Com isso, parece ficar mais fácil para o sujeito reconhecer as contradições e os conflitos sociais e avaliar constantemente as formas de apropriação e de organização estabelecidas pelos grupos sociais e,

quando desejar, buscar mecanismos de intervenção.

Assim o professor de Geografia, juntamente com a escola, deve buscar desenvolver um processo de ensino e aprendizagem pautado na formação do aluno enquanto indivíduo. E na Geografia esse ensino deve centrar no estudo do espaço e seus contextos. Nisso Ponthuschka (et. al. 2007, p. 26) diz que:

O trabalho pedagógico na disciplina Geografia precisa permitir ao aluno assumir posições diante dos problemas enfrentados na família, no trabalho, na escola e nas instituições de que participa ou poderá vir a participar, aumentando seu nível de consciência sobre as responsabilidades, os direitos sociais, a fim de efetivamente ser agente de mudanças desejáveis para a sociedade.

Nisso a compreensão do espaço se torna fundamental para a formação do aluno enquanto indivíduo, uma vez que:

Pensar na importância e na influência do espaço, na fisicidade das coisas e na geograficidade de nossa existência é uma das grandes contribuições que a Geografia pode dar. A Geografia é um pretexto para pensarmos nossa existência, uma forma de “ler pensar” filosoficamente as coisas e as relações e influências que elas têm no nosso dia-a-dia, porque “olhar as coisas” implica pensar no que os seres humanos pensam delas. (KAERCHER, 2007, p.16)

Levando em consideração as premissas colocadas por Kaercher, enfatiza-se o estudo do espaço geográfico a partir do conhecimento prévio do aluno. Utilizando-se de seus conceitos e noções já construídos para assim reconstruí-los, tornando-os geográficos. Nisso:

O estudo do espaço geográfico deve considerar as noções e os conceitos, já construídos, que envolvam a espacialidade e valorizar a formação da consciência territorial- o sentimento de pertencer ao lugar, tão comumente adormecido em países como o Brasil. Deve interpretar as territorialidades dentro da complexidade e conhecer não apenas os elementos objetivos que compõem o espaço, mas valorizar as subjetividades e tentar entendê-las. (CASTROGIOVANNI, 2007, p. 41)

“Não existe conhecimento pertinente senão quando se é capaz de contextualizar sua informação, de globalizá-la e de situá-la em um todo” (GOULART, 2007, p. 54). Então o conhecimento geográfico construído em sala de aula deve ser contextualizado com a realidade, para que assim o espaço geográfico possa ser entendido em sua complexidade.

Mas para que o aluno tenha essa capacidade de ler e interpretar o espaço tem que se desenvolver em sala de aula um processo de ensino-aprendizagem eficaz. E isso é bastante

influenciado pela abordagem teórico-metodológico da Geografia em sala de aula. É preciso que o professor desfaça o estereótipo atribuído a referida disciplina no decorrer de sua trajetória, de disciplina “enfadonha, decorativa, chata”. Nisso, sua postura em sala de aula é essencial para essa desmistificação. É preciso desenvolver metodologias e utilizar recursos que despertem o interesse do aluno no processo de ensino e aprendizagem geográfica.

Pontuschka (et. al. 2007, p. 215), na obra “*Para ensinar e aprender Geografia*”, referindo-se ao uso de recursos didáticos, coloca que: “os textos escritos, os materiais gráficos e cartográficos e outras linguagens, quando associado aos conceitos e conteúdos da disciplina focalizada nesta obra, ampliam as oportunidades de compreensão do espaço geográfico e de entendimento do mundo”.

Como já enfatizado, o uso de variados recursos de uso didático e outras linguagens, se utilizado de forma consciente, só tem a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, pois “o diferente” e a criatividade instigam aos alunos a participarem, que conseqüentemente desenvolve um melhor aprendizado. Assim:

Somos máquinas com os sentidos desenvolvidos pela necessidade de sobrevivência e, quando exploramos todos esses sentidos, certamente facilitamos para o cérebro o aprendizado. Então ancorar ente trabalho na dança, na música, na religiosidade, na culinária, nos jogos corporais, na memória escrita e na memória descrita traz informações a todo o nosso corpo e nos faz sabedores do que está acontecendo. (REFFATTI, 2007, p. 74).

A partir disso, aponta-se a importância de se trabalhar com aulas mais dinâmicas, utilizando diferentes recursos, entre eles a música. No que se refere à música, Corrêa e Rosendahl (2009, p. 07), expõem que é uma linguagem que expressa “[...] visões de mundo e sentimentos diversos, a despeito das diferenças entre ambas. Como criações sociais, podem ser vistas sob a ótica da espacialidade, atributo intrínseco a toda ação humana”.

A partir da discussão feita aqui sobre a importância da música nas aulas de Geografia, e sobre a categoria geográfica espaço, se fará neste capítulo uma análise da música “Cidadão”, interpretada pelo Cantor Zé ramalho, abordando o espaço e suas relações sociais expressa nas entrelinhas da referida composição.

4.1 “Cidadão”

A música “Cidadão” foi composta pelo baiano Lúcio Barbosa na década de 1970. Na época foi lançada pelo Cantor Zé Geraldo, no álbum intitulado *Terceiro Mundo*. Mas foi na interpretação do cantor paraibano Zé Ramalho que a música ficou conhecida no cenário Nacional. Segundo Soeiro *apud* Vilar (2011), “é uma música forte que aborda o preconceito e a discriminação que os nordestinos sofrem nas grandes cidades e faz referência a alguns problemas sociais, tais como moradia, educação e trabalho”. Como pode-se verificar a partir da interpretação da letra da referida música:

Cidadão

“Tá vendo aquele edifício, moço?

Ajudei a levantar

Foi um tempo de aflição

Eram quatro condução

Duas pra ir, duas pra voltar

Hoje depois dele pronto

Olho pra cima e fico tonto

Mas me vem um cidadão

E me diz desconfiado

"Tu tá aí admirado?

Ou tá querendo roubar?"

Meu domingo tá perdido

Vou pra casa entristecido

Dá vontade de beber

E pra aumentar meu tédio

Eu nem posso olhar pro prédio

Que eu ajudei a fazer

Tá vendo aquele colégio, moço?

Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento
Fiz a massa, pus cimento
Ajudei a rebocar

Minha filha inocente
Vem pra mim toda contente
'Pai, vou me matricular'
Mas me diz um cidadão
'Criança de pé no chão
Aqui não pode estudar'
Essa dor doeu mais forte
Por que é que eu deixei o norte?

Eu me pus a me dizer
Lá a seca castigava
Mas o pouco que eu plantava
Tinha direito a comer

Tá vendo aquela igreja, moço?

Onde o padre diz amém
Pus o sino e o badalo
Enchi minha mão de calo
Lá eu trabalhei também

Lá foi que valeu a pena
Tem quermesse, tem novena
E o padre me deixa entrar
Foi lá que Cristo me disse
'Rapaz deixe de tolice
Não se deixe amedrontar
Fui eu quem criou a terra
Enchi o rio, fiz a serra
Não deixei nada faltar

Hoje o homem criou asa
 E na maioria das casas
 Eu também não posso entrar
 Fui eu quem criou a terra
 Enchi o rio, fiz a serra
 Não deixei nada faltar
 Hoje o homem criou asas
 E na maioria das casas
 Eu também não posso entrar”

Kong (2009, p. 158) ressalta que em relação à música “a análise das letras certamente é uma forma importante de penetrar nos significados pretendidos pelos produtores”. Assim, se fará a seguir uma análise geográfica da letra da música “Cidadão”, buscando entender o espaço e suas relações sociais por meio da mesma, apontando conteúdos geográficos possíveis de serem trabalhados por tal música.

4.2 A Geograficidade na Música “Cidadão”: uma análise do espaço

A música “Cidadão” permite ao ensino de Geografia realizar uma análise da segregação socioespacial resultante do modo de produção capitalista, que expressa à desigualdade existente entre as classes sociais, além de problemas sociais, preconceito socioeconômico e regional, entre outros. Para Soeiro (s/d, *apud* Vilar 2011):

O título “Cidadão” é proposital para demonstrar distanciamento entre os indivíduos privilegiados, em pleno gozo dos direitos civis e políticos, ou no desempenho de seus deveres para com o Estado, e demonstra que a sociedade burguesa pode ser muito cruel, quando não considera as pessoas pobres como “cidadãs”.

As três primeiras estrofes permitem trabalhar o modo de vida nas grandes cidades, entendendo o espaço urbano e suas relações, enfatizando a oferta de serviços, como transporte e lazer, além da mobilidade urbana. Entender o trabalho e sua relação com o processo de produção do espaço. Ressalta-se nas palavras de Carlos (2008, p.38) que:

Se o espaço é produzido pelo processo de trabalho da sociedade, é necessário entender o modo pelo qual ela se desenvolve, para podermos entender a

natureza desse espaço. Por outro lado, entender o modo como se realiza a produção é entender como os homens se relacionam como sujeitos dentro e fora do processo produtivo.

Então a partir do espaço urbano, pode-se abordar a cidade e seus contextos, e também o preconceito social advindo dos fatores socioeconômicos, pois devido as suas condições econômicas o sujeito da música é apontado como ladrão.

“Tá vendo aquele edifício, moço?

Ajudei a levantar

Foi um tempo de aflição

Eram quatro condução

Duas pra ir, duas pra voltar

Hoje depois dele pronto

Olho pra cima e fico tonto

Mas me vem um cidadão

E me diz desconfiado

'Tu tá aí admirado?

Ou tá querendo roubar?'

Meu domingo tá perdido

Vou pra casa entristecido

Dá vontade de beber

E pra aumentar meu tédio

Eu nem posso olhar pro prédio

Que eu ajudei a fazer”

Cruz e Sá (s/d, p.01) colocam que “de uma forma geral, pode-se conceber a desigualdade social como uma diferenciação no acesso a bens, serviços e oportunidades, cujos mecanismos são estruturados pela própria sociedade”. Henriques (2000 *apud* CRUZ e SÁ, s/d, p. 01) enfatizam que “a pobreza é o mais agudo problema econômico do país e a desigualdade seu maior problema estrutural”. Para alguns a pobreza é associada à criminalidade, como se pobre fosse sinônimo de ladrão, como representado na letra da música aqui trabalhada, evidenciando assim o preconceito socioeconômico.

A partir da quarta e quinta estrofes podem ser abordadas a educação como oferta de

serviço, e mais uma vez o preconceito e a segregação social, que, nesse caso, promovem a exclusão da criança na educação escolar, que conseqüentemente podem vir a influenciar na sua condição de egresso na vida profissional, devido à disparidade existente entre os serviços educacionais, o público e o privado.

Tá vendo aquele colégio, moço?

Eu também trabalhei lá

Lá eu quase me arrebento

Fiz a massa, pus cimento

Ajudei a rebocar

Minha filha inocente

Vem pra mim toda contente

'Pai, vou me matricular'

Mas me diz um cidadão

'Criança de pé no chão

Aqui não pode estudar'

A sexta estrofe possibilita abordar a migração, enfatizando os migrantes nordestinos, que mudam-se para os grandes centros na busca por trabalhos e melhores condições de vida.

Essa dor doeu mais forte

Por que é que eu deixei o norte?

Eu me pus a me dizer

Lá a seca castigava

Mas o pouco que eu plantava

Tinha direito a comer

No entanto nem sempre a realidade almejada se consolida, por muitas vezes esses migrantes não conseguem boas oportunidades de trabalho e acabam por viverem em péssimas condições de vida, enfrentando problemas como o acesso a serviços, que lhe são de direitos, mas nem sempre tem, além do preconceito e outros. Como aponta Ramos (2009, p.05 apud VASCONCELOS, et. al. 2011, p. 56):

Em contexto migratório, se é importante ter em conta o nível de integração e as reações de adaptação dos migrantes às novas condições espaciais e sócio – culturais torna-se, igualmente, importante analisar as características da sociedade de acolhimento, nomeadamente, as condições sociais, económicas e políticas dominantes e fatores como a xenofobia, a discriminação e o preconceito, os quais contribuem para o desencadear e manutenção da exclusão, do stress psicológico e social e afetam o bem estar e a qualidade de vida.

A referida estrofe também possibilita abordar a regionalização e as desigualdades regionais, enfatizando o preconceito existente, principalmente, com a região Nordeste. Soeiro (*apud* Vilar 2011), destaca que a música “Cidadão” “mostra o preconceito entre os 'Brasis' rico (sul) e pobre (norte) usando os advérbios 'lá' e 'cá' (Lá a seca castigava... / Aqui não pode estudar...)”. Em consonância com Soeiro, Mascarenhas (2015, s/p) fala que:

A desigualdade regional, contudo, continua marcante, aponta o segundo volume do Atlas da Exclusão Social no Brasil lançado agora pela Cortez Editoria. Marcio Pochmann, um dos coordenadores da obra, em conversa com o JB, destacou a necessidade de políticas que possam ser adotadas regionalmente, de acordo com distintas realidades. Não há, ainda, garantia para esses avanços. Enquanto isso, o país ainda precisa lidar com os efeitos das conquistas, que geraram, entre outras coisas, mudanças geográficas no país, com reflexo no sentimento de representação de novas elites, por exemplo.

Outro assunto que também pode ser abordado a partir da sexta estrofe é a seca na região semi-árida e sua influência no espaço nordestino. Abordando o próprio fenômeno da seca em si, as políticas públicas de assistência e desenvolvimento da região semi-árida nordestina e de combate a seca, os impactos socioeconômicos causados pela mesma na sociedade, compreender a seca como fenômeno social e natural. Enfim entender a seca e sua atuação no espaço.

E por último nas últimas estrofes pode ser abordado à religiosidade das pessoas, sua influência no modo de vida das mesmas, a cultura e os valores religiosos na formação do espaço.

Lá foi que valeu a pena
Tem quermesse, tem novena
E o padre me deixa entrar
Foi lá que Cristo me disse

'Rapaz deixe de tolice
 Não se deixe amedrontar
 Fui eu quem criou a terra
 Enchi o rio, fiz a serra
 Não deixei nada faltar

Hoje o homem criou asa
 E na maioria das casas
 Eu também não posso entrar
 Fui eu quem criou a terra
 Enchi o rio, fiz a serra
 Não deixei nada faltar
 Hoje o homem criou asas
 E na maioria das casas
 Eu também não posso entrar”

A religião atua na formação do espaço e a Geografia por sua vez estuda essa atuação da religião na configuração espacial. Fazendo a relação entre geografia e religião, Pereira (2013, p. 12) aponta que:

Religião e Geografia podem ser compreendidos como saberes humanos distintos, mas com muitas relações. São duas formas de (re) ação no espaço: a religião normatiza alguns procedimentos dos homens em relação ao espaço; e, por sua vez, o conhecimento geográfico proporciona capacidades estratégicas de atuação no espaço. Os espaços de ação de ambas são os sociais, culturais, políticos, econômicos, etc. Vemos, assim, que essas duas formas de conhecimento atuam nas várias dimensões que circundam a vida comum do ser humano.

Assim, depois de ser apontado alguns temas e conteúdos possíveis de serem trabalhados a partir da música “Cidadão”, indica-se o desenvolvimento de outras metodologias a partir da mesma, como seminários, dinâmicas de grupo, debates, peças teatrais, e outras. Para que assim o aluno participe ativamente no seu processo de aprendizagem, desenvolvendo com o mesmo uma relação interativa, uma vez que:

A função do professor vai muito além do conhecimento de sua disciplina, pois assumimos um compromisso cada vez maior com os nossos educandos. Conhecer bem a nossa disciplina faz-se necessário, como também

possibilitar situações de ensino-aprendizado que deixem marcas, preferencialmente positivas, nos nossos educandos, isso é compromisso de cada um. Conforme pesquisas de Gauthier (1998, p. 254), as atitudes e as disposições dos professores influem no ambiente da sala de aula e no rendimento dos alunos. Os educadores que se mostram estimulantes, encorajadores, amigos, afetivos, tolerantes, educados, flexíveis, e que possuem uma boa relação com os alunos produzem efeitos favoráveis no desempenho deles. (PUNTEL, 2007, p. 89).

Busca-se aqui indicar práticas teórico-metodológicas que venham a contribuir para o ensino da Geografia, para que ocorra assim um processo de ensino-aprendizagem significativo, que permita entre outras coisas que o aluno adquira a capacidade de ler, interpretar e se posicionar no espaço intervindo no mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho monográfico buscou-se analisar a influência da música no processo de ensino-aprendizagem da Geografia escolar, abordando a categoria espaço. A partir das discussões feitas constatou-se que a música pode se tornar um recurso didático eficaz e significativo, pois o mesmo tem muito a contribuir para a construção do conhecimento geográfico, pois ela é carregada de representações espaço-temporais.

Nesta perspectiva, o uso da música propicia o desenvolvimento de aulas mais dinâmicas que despertam o interesse do aluno, tendo em vista que a mesma é um elemento presente na sociedade e na vida dos indivíduos, que desperta emoções, sentimentos contribuindo para desenvolver o prazer em estudar. As músicas, em sua maioria, são repletas de significados, representações, espacialidade, cultura e são esses fatores que concerne a Geografia, fazer uso das categorias e conteúdos geográficos que os textos musicais podem expressar. Vale ressaltar que a música em si não é de cunho geográfico, mas a leitura que pode ser feita sobre ela é que vai servir a Geografia.

A partir da discussão feita, realizou-se uma análise da letra da música “Cidadão”, Composta por Lúcio Barbosa e interpretada por Zé Ramalho. Tal análise tinha como objetivo elucidar a discussão feita em torno da música como instrumento didático para o ensino da Geografia. Por meio desta constatou-se como a música pode estar repleta de geograficidade. Observou-se que este recurso permite o trabalho com diversos temas e conteúdos pertinentes a Geografia, apenas cabe ao professor interpretá-la e extrair o que for possível para o processo de ensino-aprendizagem, fazendo sempre uma abordagem reflexiva. Como apontado, viu-se que a música aqui em questão possibilita discutir o espaço e suas relações abordando algumas de suas complexidades.

Contudo, observou-se, a partir das discussões aqui feitas a partir de pesquisas bibliográficas, que apesar da diversidade de linguagens e recursos que podem ser utilizados para o desenvolvimento de uma geografia reflexiva e crítica, assinalou-se a forte influência da Geografia tradicional em sala de aula, aquela pautada descrição e memorização. Esses fatores têm e ainda vem contribuindo para o status de disciplina “chata e enfadonha” atribuída à mesma. Essa realidade demonstra a necessidade de renovar no ensino da Geografia escolar, auxiliando ao aluno na construção de um conhecimento significativo para os mesmos, formando cidadãos para a sua vivência em sociedade.

Destarte, almeja-se que as discussões e análises aqui realizadas venham a contribuir para os debates que circundam o ensino da Geografia, abrindo novos caminhos e

possibilidades para o desenvolvimento de uma geografia mais ativa em sala de aula, que seja capaz de construir e reconstruir novos conhecimentos geográficos para os alunos, contribuindo para que os mesmos possam ler e interpretar o espaço a qual eles estão inseridos e que venham atuar de forma crítica e consciente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, B.*et. al.* Projeto Político Pedagógico. In: **Revista Educação e Linguagem**, v.6, n.1, 2012, p. 29-46.

BRAGA, R.M. O Espaço Geográfico: um esforço de definição. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n.22, São Paulo, 2007, p.65-72.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 156 p

BRITO, Franklyn Barbosa de; PESSOA, Rodrigo Bezerra. Da origem da geografia crítica a geografia crítica escolar. In: **Anais do 10º Encontro Nacional de Práticas de Ensino em Geografia**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20%2844%29.pdf>>. Acesso em dezembro de 2014.

BRITO, J.A. Caminhos e possibilidades para o ensino de Geografia. In: **Entrelaçando**, n.5. Ano III, 2012, p. 60-69.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Introdução. In: **A (re) produção do espaço urbano**. 1ª ed. São Paulo: EdUSP, 2008, p. 13-42.

CASTRO, D. Geografia e música: a dupla face de uma relação. In: **Espaço e Cultura**, n.26, Jul./Dez., p.7-18, 2009.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de Geografia na pós-modernidade. In: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André. (Org.) **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 35-48.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. 3ª ed. Campinas- SP, 1998.

CAVALCANTI, L.S. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: **Anais do Seminário Nacional: Currículo em movimento – Perspectivas Atuais, I**. Belo Horizonte: SeNa, 2010.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Cinema, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

CRUZ, Luciana; SÁ, Alcindo. **Da desigualdade socioespacial à desigualdade violenta: o retrato da cidade do Recife**. Disponível em: <<http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais/g2/da%20desigualdade%20socioespacial%20a%20desigualdade%20violenta.pdf>>. Acesso em março de 2015.

GODOY, M.L.P. **A música, o ensino e a Geografia**. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

GOULART, Lígia Beatriz. Teias que (re) produzem espaços: uma proposta para ampliar a inserção de alunos trabalhadores na sociedade. In: _ REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André. (Org.) **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 55-66.

HUMMES, J.M. Por que é importante o ensino de música? Considerações sobre as funções da música na sociedade e na escola. In: _ **Revista da ABEM**. Porto Alegre, v.11, p.17-25, 2004. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.org.br/Masters/revista11/revista11_artigo2.pdf>. Acesso em janeiro de 2015.

KAERCHER, Nestor André. Práticas geográficas para ler/pensar o mundo, compreender e entender a si mesmo. In: _ REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André. (Org.) **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p.15-34.

KONG, Lily. Música popular nas análises geográficas. In: _ CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.) **Cinema, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 129-175.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. UK/USA: Blackwell, 1991.

MASCARENHAS, Pâmela. Há uma mudança geográfica no Brasil, aponta Marcio Pochmann. In: _ **Jornal do Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2015/03/08/ha-uma-mudanca-geografica-no-brasil-aponta-marcio-pochmann/>>. Acesso em março de 2015.

MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difel, 1957.

OLIVEIRA, M.L.T. Ensino de Geografia na Contemporaneidade: o uso de recursos didáticos na sua abordagem. In: **Anais do Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, X ENPEG**. Porto Alegre: ENPEG, 2009.

PANITZ, L.M. Por uma geografia da música: um panorama mundial e vinte anos de pesquisas no Brasil. In: **Para Onde!?**, v.6, n.2, p.1-10, 2012.

PEREIRA, Clevison Júnior. Geografia da religião: um olhar panorâmico. In: **RA'E GA- O espaço geográfico em análise**, 2013, p. 10-37. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/view/30414/19689>>. Acesso em março de 2015.

PERRENOUD, Pillipe. Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo! In: **Cadernos de Pesquisa**, n.119, Jul., 2003, p.9-27.

PERRIS, A. Music as propaganda: art to persuade, art to control. Westport, Connecticut e Londres: Greenwood Press, 1985.

PINHEIRO, E.A *et al.* O Nordeste Brasileiro nas músicas de Luiz Gonzaga. In: **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte, v.14, n.23, p.103-111, 2004. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/geografia_23_art06.pdf>. Acesso em janeiro de 2015.

PONTHUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoro Iyda; CATETE, Núria Hanglei. Introdução. In: **Para ensinar e aprender Geografia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PUNTEL, Geovane Aparecida. Os mistérios de ensinar e aprender Geografia. In: **REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André. (Org.) Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 89-102.

REFFATTI, Lucimara Vissotto. A construção conjunta do conhecimento em sala de aula-entre o espaço “é tudo free” e a responsabilidade social. In: **REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André. (Org.) Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 67-87.

RIBEIRO, Ana Carolina Ribeiro. **O computador como uma ferramenta para auxiliar na aprendizagem: a visão de alunos e professores. Monografia de Graduação**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SANTOS, Maurício Caetano dos. A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NA PRÁTICA DOCENTE. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de**

Geógrafos, 2014. Disponível em:<
http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404098564_ARQUIVO_AImportanciadaPraducaoMaterialDidaticonaPraticaDocente.pdf>. Acesso em janeiro de 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EdUSP, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas-SP:Autores Associados, 1997.

SILVA, M.D.F.A.; ALBUQUERQUE, M.A.M. A geografia escolar e as dificuldades em romper com o tradicionalismo na prática pedagógica.In: **Anais do Seminário Regional Norte e Nordeste de Pós-Graduação em Geografia, III**. 3º SERNNE. João Pessoa: SERNNE, 2012.

SILVA, M.M. **O uso da linguagem musical no ensino de Geografia**. 2013. 81f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SOMMA, Miguel L. Alguns Problemas Metodológicos no Ensino de Geografia. In: **CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et al (Org.). Geografia em Sala de Aula: Práticas e Reflexões**. 4ª ed. Porto Alegre: AGB, seção Porto Alegre, 2003.

SORRE, Max. **El hombre en la Tierra**. Barcelona: Labor, 1967.

SCHROEDER, H. **UNIDADE DIDÁTICA: A Música como linguagem de ensino de Geografia**. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE: Guarapuava, 2008, 27p.

TOMASONI, Marco Antônio. Considerações Sobre a Abordagem da Natureza na Geografia. In: **SANTOS, Jémison Mattos dos. et al (Org.). Reflexões e Construções Geográficas Contemporâneas**. Salvador, 2004.

TONINI, I.M. Para pensar o ensino de geografia a partir de uma cultura. In: **REGO, N.; CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, N. A. (Org). Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 93-102.

TUAN, Y-Fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

VASCONCELOS, Cristiane Cândida de Oliveira; et. al. Percepção do preconceito entre os migrantes nordestinos no estado de São Paulo. In: **Saúde Coletiva em Debate**, 2011. Disponível

em:<<http://www.fis.edu.br/revistaenfermagem/artigos/vol01/vasconcelosnunesilva2011.pdf>>
. Acesso em março de 2015.

VESENTINI, J.W. **O Ensino de Geografia no Século XXI**. Campinas: Papyrus, 2004.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da Geografia. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

VILAR, Manu. A música da vez: Cidadão, Zé Ramalho. *In*:_ **Diário de uma cientista social**, 2011. Disponível em: <http://pequenaantropologa.blogspot.com.br/2011/08/musica-da-vez-cidadao-ze-ramalho.html> . Acesso em março de 2015.